

A questão energética na América do Sul: um estudo preliminar sobre o gás boliviano sob a perspectiva da infra-estrutura, da regulação estatal e do território

Claudete de Castro Silva Vitte*

Resumo

Este trabalho tem o objetivo de discutir a questão energética na América do Sul tomando o gás natural como referência e a Bolívia como caso a ser estudado. O período analisado é dos recentes governos neoliberais (1985-2005). Na atual geopolítica dos recursos energéticos há o destaque para o gás natural que teve forte aumento de consumo. A América do Sul apresenta importantes reservas de gás natural, aumentando sua importância estratégica. O caso boliviano mostra um intenso processo de privatização da produção e gestão deste recurso, com forte presença de empresas transnacionais. No entanto, desde o final da década de 1990 vem aumentando o número de pobres e indigentes em um país que é o segundo mais pobre da América Latina, em aparente paradoxo: é um país com grande riqueza potencial e com crescente empobrecimento da população, justamente quando se amplia a produção de hidrocarbonetos.

Palavras-chave: Infra-estrutura produtiva; gestão do território; soberania; regulação estatal; Bolívia.

* Professora do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da UNICAMP (clavitte@ige.unicamp.br).

The energetic question in South America: a preliminar study about the bolivian gas in the perspective of infrastructure, state regulation and territory

Abstract

This work objectifies to argue the energetic question in South America having the gas as reference and Bolivia as case. The period analyzed is the recent neoliberal governments (1985-2005). In the current geopolitics of the energetic resources grows the importance of natural gas because there is a great increase in its consumption. South America presents important reserves of natural gas and this fact increases its strategic importance. The Bolivian case shows an intensive process of privatization in the production and in the management of this resource, with remarkable participation of transnational companies. However, since the last years of 1990's is increasing the number of poor and indigent in the country which is the second poorer of the Latin America. There is an apparent paradox: Bolivia has a great potential wealth and it has an growing population impoverishment's, exactly when the hydrocarbons production enlarges.

Key words: Productive infrastructure; territory management; sovereignty; state regulation; Bolivia.

Introdução

A questão energética tem forte repercussão não só nas questões econômicas, mas também na vida política. Em um momento que muito se discute sobre a crescente escassez energética, a temática da seguridade energética cresce em importância na agenda das relações internacionais.

Desde as duas crises energéticas ocorridas nos anos 1970, conhecidas como Crise do Petróleo, os recursos energéticos não ocupavam um lugar de tanto destaque na agenda das relações internacionais. Fala-se na *diplomacia do petróleo* para os casos da Rússia, Irã e Venezuela, países cujo peso dos hidrocarbonetos em

suas políticas externas é muito evidente. (cf. M.S. MORAES, 2006; I. MAGALHÃES JÚNIOR, 2005).

A atual geopolítica dos recursos energéticos¹ envolve além do petróleo outros tipos de recursos, com destaque para o gás natural que teve entre 1980 e 2003 um aumento no consumo de quase 400%. O gás natural tem potencial para se converter em uma das fontes energéticas mais importantes do mundo, frente à escassez crescente do petróleo, sendo o gás visto por muitos como a energia do futuro por ser um combustível barato e “ecologicamente correto”.

A América do Sul apresenta importantes reservas de gás natural, o que aumenta a sua posição estratégica nesta temática, bem como pela sua proximidade com o maior consumidor de energia do mundo, os EUA.

As principais reservas provadas e prováveis de gás natural na América do Sul pertencem à Venezuela (147 trilhões de pés cúbicos), à Bolívia (49 trilhões) e ao Peru (13 trilhões). O Brasil tem 08 trilhões, sendo a quarta maior reserva, mas significativamente de menor monta e com uma demanda muito superior aos demais países da América do Sul (cf. Folha de S. Paulo, 18/05/2005).

Alguns países da América do Sul, como a Bolívia, e Peru viram na exploração do gás natural uma alternativa para reativar a economia. Após recente descoberta de enormes campos de gás, com a ajuda de empresas estrangeiras (Petrobrás, inclusive), quintuplicou a produção, gerando expectativa de fornecer para o Cone Sul, México e EUA.

¹ Peter Taylor e Colin Flint (2002) falam que a geopolítica se ocupa da rivalidade entre as principais potências (Estados do centro e Estados da semiperiferia em ascensão, por exemplo). Já o imperialismo, por sua vez, se ocupa da dominação que exercem os Estados fortes sobre os Estados mais vulneráveis da periferia. Para os autores, “*em termos políticos, a geopolítica define uma relação de rivalidade, enquanto que o imperialismo define uma relação de dominação*” [original em espanhol] (P. TAYLOR & C. FLINT, 2002: 55).

Por outro lado, com a globalização da economia e com a adoção de práticas neoliberais, em especial nos países da América Latina, muito se tem discutido a respeito de uma possível perda de capacidade regulatória por parte dos Estados-nação, em especial os de economia mais vulnerável no cenário internacional.

Este trabalho pretende auxiliar na discussão sobre regulação estatal, por meio do estudo de caso da Bolívia, visando contribuir na compreensão sobre o grau de vulnerabilidade e o grau de capacidade regulatória dos Estados sul-americanos no setor energético, em especial no gás. As atividades de produção gasífera consideradas abrangem desde a exploração até a exportação.

A questão chave é como vem intervindo o Estado no território, no sentido do aproveitamento das potencialidades geradoras de riquezas no país e na atenuação das desigualdades sociais e territoriais, tão marcantes em toda a América Latina, observando se assume um papel ativo ou se abdica de um papel mais ativo na regulação, deixando o acontecer dos fatos ao sabor das ‘livres forças do mercado’.

O trabalho aqui apresentado tem caráter preliminar e faz parte de uma reflexão mais ampla que pretende estudar soberania e regulação em outros Estados da América Latina, como contribuição empírica ao debate. Um outro motivo que assinala o caráter preliminar deste trabalho é a recente eleição de Evo Morales, que assumiu o governo da Bolívia no início de 2006 e que vem imprimindo mudanças no setor gasífero. É necessário, portanto, aguardar os desdobramentos, o que só um certo distanciamento no tempo permite.

Na seqüência, serão feitas algumas considerações teóricas, visando discutir os impactos da globalização nas soberanias nacionais de países de economia vulnerável, assinalando a inflexão ocorrida nos anos 1990 e o caso boliviano de gestão energética será apresentado.

Algumas definições

No sistema-mundo há o regime internacional, o que pressupõe que se considerem as relações entre o Estado-nação e a escala internacional. As relações de um Estado com o resto do mundo resultam de escolhas políticas operadas durante períodos críticos e que envolvem a escolha de um regime comercial, de gestão de câmbio, de abertura aos capitais estrangeiros etc.

Segundo alguns pressupostos da Escola da Interdependência das Relações Internacionais, pode-se considerar que tem havido nas últimas décadas um aprofundamento nos padrões de interconexões globais, que resultam em um crescente processo de interdependência entre os diversos países do sistema-mundo.

Essa interdependência significa que as relações entre nações envolvem alguns custos e benefícios recíprocos, mas tal interdependência não significa que não haja assimetria de poder nas relações internacionais, mesmo porque os países menos dependentes ou vulneráveis têm maior capacidade de negociação, de barganha ou mesmo de imposição nas suas transações.

Na atualidade, a interdependência é assimétrica. Os Estados pobres, fracos ou vulneráveis têm sua autonomia mais severamente ameaçada e menor poder de influência nas relações internacionais e nas instituições multilaterais e suas regras.

Joseph Nye e Robert Keohane (*apud* SANTOS JÚNIOR, 2000) apontam que na atualidade há duas variáveis que influenciam nas relações internacionais:

a) a **sensibilidade**: quando um ator A provoca reações em B. Em outras palavras, quando há ações que provocam mudanças ou ajustes em outros Estados-nação, que tentam reverter uma situação extraordinária;

b) a **vulnerabilidade**: quando um ator continua sujeito a custos impostos por eventos externos, mesmo depois de tentar

desenvolver uma reação para superar os problemas causados por outrem².

A vulnerabilidade de alguns países reforça a assimetria de poder, mas nas interações entre os países é possível fazer uso de diversas estratégias nas negociações, inclusive de procedimentos eticamente discutíveis como a barganha e a chantagem e alterar as relações internacionais.

As relações de interdependência e do poder colocam dilemas para os Estados. A interdependência restringe a capacidade dos governos de controlar certos eventos (cf. KEOHANE, 1992), principalmente em situação de vulnerabilidade, de forma que a interdependência não deve ser compreendida como interconexão, mas como “efeitos de custo das transações”, ou seja, como uma situação em que os atores são afetados de forma potencialmente custosa pelas ações de outros.

Um outro aspecto a ser considerado diz respeito à questão da soberania. Raimundo Batista Santos Júnior lembra que o conceito adquiriu proeminência com Jean Bodin a partir de 1576. Bodin entendia poder soberano como o garantidor da unidade e via a independência de um Estado de forma perpétua e absoluta ou, dito de outra forma, o Estado soberano não estaria sujeito às ordens de outrem.

Houve um longo processo de construção da idéia de soberania estatal e, após a 2ª. Guerra Mundial, o debate centrou-se na noção de direito internacional que impunha limites legais à ação dos Estados individuais, mas os reconheciam como unidades

² Um exemplo ilustrativo foi o choque de petróleo ocorrido em 1973. Com o embargo provocado pela OPEP naquela ocasião, alguns países ressentiram-se da situação, mas, mediante algumas medidas, conseguiram superar em grande parte os transtornos advindos do embargo. No entanto, outros países, a despeito das tentativas de superação dos problemas, eram tão dependentes das importações de petróleo que acabaram sofrendo sérios transtornos econômicos, dado à fragilidade e dependência das importações (cf. R.B. SANTOS JÚNIOR, 2000).

soberanas, ou seja, de suprema autoridade executiva e legislativa no interior de um território. Caberia ao direito internacional um pequeno corpo de normas para dar embasamento legal ao sistema multiestatal, delimitar a jurisdição individual de cada Estado e não ficar a mercê do consentimento individual de cada membro (cf. R.B. SANTOS JÚNIOR, 2000).

Peter Taylor & Colin Flint ao definirem soberania alertam que este poder fundamental do Estado é a fonte legal de seu direito exclusivo de exercer coação física no âmbito de seu território, mas tal poder necessita do reconhecimento dos outros membros do sistema multiestatal (ou no regime internacional). Assim, um país para ser soberano precisa do reconhecimento dos demais países participantes do regime ou sistema internacional (cf. P. TAYLOR & C. FLINT, 2002).

Essa definição de soberania, que pressupõe que os Estados têm poder de desenvolver estratégias e de tomar decisões, não é incompatível com as restrições impostas pelo direito internacional e pela existência do sistema internacional.

No que se refere à capacidade regulatória dos Estados, Robert Boyer, um dos teóricos da Escola da Regulação, recupera o conceito de regulação nas Ciências Sociais. Aponta que a origem se deve ao filósofo G. Canguilhem, para quem a regulação é o *“ajustamento, de acordo com certas regras ou normas, de uma infinidade de movimentos ou atos e de seus efeitos ou produtos, que sua diversidade ou sua sucessão torna-os estranhos uns aos outros”* (apud R. BOYER, 1990: 41).

Alain Lipietz define modo de regulação como *“a combinação dos mecanismos que efetuam o ajuste dos comportamentos contraditórios, conflituosos, dos indivíduos, aos princípios coletivos do regime de acumulação”* (A. LIPIETZ, 1991:28). Segundo A. Lipietz, as formas de ajustes vêm do costume, da disponibilidade dos atores envolvidos (empresários, trabalhadores), de se conformar a esses princípios porque são reconhecidos como válidos e legítimos. Mas os ajustes também podem se dar por formas institucionalizadas, como as regras do

mercado, a legislação social, a moeda, as redes financeiras. Tanto o Estado pode ser o mentor dessas formas institucionalizadas, como elas podem ser privadas ou semipúblicas.

Bruno Théret, na questão da regulação, aponta três princípios de ação das formas institucionais para analisar seu papel de canalização dos comportamentos individuais e coletivos: 1) um princípio de limitação: por meio da lei, da regra ou de um regulamento; 2) um princípio de negociação, por meio de um compromisso; e 3) um princípio de rotina por meio da comunidade de um sistema de valores ou de representações (cf. B. THÉRET, 1998:17).

No entanto, com a globalização e difusão das práticas políticas neoliberais há uma desinstitucionalização, uma desregulação necessária e funcional para o sistema capitalista. Boaventura de Sousa Santos interpreta este contexto de mudança. Para o autor há implicações dessas transformações sobre as políticas econômicas nacionais, com conseqüências nas relações internacionais. Ressaltem-se dentre essas implicações: exigência de abertura comercial; adequação dos preços domésticos aos internacionais; prioridade à economia de exportação; políticas monetárias e fiscais orientadas para reduzir a inflação e a dívida pública; direitos de propriedade privada garantidos; privatização do setor produtivo estatal; redução do peso das políticas sociais nos orçamentos; substituição do princípio de universalização das políticas públicas por medidas compensatórias para os estratos vulneráveis.

Desta forma, a globalização apresenta três inovações institucionais:

1. drástica redução da regulação estatal na economia;
2. novos direitos de propriedade intelectual para investidores estrangeiros;
3. subordinação dos Estados às agências multilaterais (FMI, OMC etc.), sendo que a coerção sobre os países pobres não é feita necessariamente pelos países ricos, mas pelas agências multilaterais.

Estas inovações transformam o poder do Estado-nação. Dentre as principais transformações destacam-se:

a) a **desnacionalização do Estado**, entendido como um esvaziamento do aparelho estatal e crises dos modelos políticos administrativos;

b) a **desnacionalização dos regimes políticos** por meio da transição da idéia de governo (*government*), na qual o Estado exerce o papel central na regulação, para a idéia de governança (*governance*), na qual a regulação é compartilhada com outras organizações, cabendo ao Estado só a coordenação – caso da criação de agências reguladoras, muitas delas já nascidas “esvaziadas”;

c) a **internacionalização do Estado nacional**, com o aumento dos impactos externos sobre a atuação dos Estados.

Tendo essas considerações como referência, vejamos agora no que o caso da gestão do gás boliviano repete esta lógica acima considerada.

O caso boliviano

A Bolívia pode ser considerada como um país de enormes riquezas em gás natural, minérios e de forte potencial agrícola. Segundo José Arbex Júnior, a Bolívia é a segunda menor renda *per capita* da América Latina, maior apenas do que o Haiti (cf. J. A. JÚNIOR, 2003). Grande parte de sua população é bastante pobre. Com um alto déficit social, o país viu na exploração do gás natural uma alternativa para reativar a economia. Após a descoberta de enormes campos de gás com a ajuda de empresas estrangeiras, dentre as quais se destaca a brasileira Petrobrás, quintuplicou a produção, gerando expectativas de fornecer para o Cone Sul, México e EUA.

No entanto, nos últimos anos, em especial desde o final da década de 1990, vem aumentando ainda mais no conjunto da população a parcela de pobres e indigentes, em um aparente paradoxo do país possuir grande riqueza potencial e um crescente

empobrecimento da população³, justamente quando a produção de hidrocarbonetos é notavelmente ampliada, melhoram os indicadores econômicos e aumentam as exportações de gás, minerais e produtos agrícolas.

Os últimos governos adotaram políticas neoliberais e a crescente exportação de gás, de minerais e de produtos agrícolas como a soja, beneficiou quase em sua totalidade as poderosas transnacionais e empresários nacionais e estrangeiros que controlam a mineração, bem como consórcios nacionais e estrangeiros que apostam na agropecuária comercial na parte oriental do país, em um processo de apropriação privada de enormes riquezas, com pouco retorno para o Estado, regiões produtoras e para a população (cf. ARGENPRESS, 19/11/2004).

O ex-presidente Gonzalo Sánchez de Lozada, empresário nascido e educado nos EUA, foi quem privatizou quase a totalidade das empresas públicas bolivianas no seu primeiro mandato entre 1985 e 1989, marcando um importante momento de adoção de políticas neoliberais. Naquela ocasião foram entregues às empresas transnacionais (ETNs) de petróleo, em especial norte-americanas⁴, extensos campos de hidrocarbonetos nos quais a empresa estatal boliviana YPFB (Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos) havia realizado estudos prévios, de forma que às ETNs

³ Segundo a Argenpress, a cada hora 18 bolivianos afundam na pobreza, sendo seis na indigência e marginalidade, de forma que dois terços dos bolivianos estão abaixo da linha da pobreza (19/11/2004).

⁴ Segundo Alfredo Jalife-Rahme, os EUA não são tão dependentes de gás natural como de petróleo, o qual corresponde 57% de suas importações. Das importações norte-americanas de gás, 16% provêm do Canadá. Porém, é esperado que nos próximos 10 anos, segundo o Departamento de Energia, os EUA passem a consumir 37% a mais de gás, crescimento advindo da maior escassez de oferta de petróleo e por ser o gás menos contaminador e mais barato, devendo se tornar um importante importador de gás do norte da África, Oriente Médio, ex-repúblicas soviéticas e da América Latina, sendo que o gás importado deverá ser transportado na forma líquida em gigantescos navios-tanque (cf. A. JALIFE-RAHME, 2004).

restavam apenas o trabalho de perfurar os poços para comprovar a existência de grandes reservas de gás natural.

Por meio de um decreto, Sánchez de Lozada outorgou a propriedade às empresas na *boca do poço* (ou seja, a partir do momento que o gás começasse a sair da área perfurada, após sua extração), cabendo às empresas disporem dos volumes a serem explorados, definir os preços, as vias de transportes, as formas de comercialização, sem que o Estado boliviano pudesse interferir. Desta forma, a capacidade de intervenção estatal no setor ficou praticamente anulada (cf. A.P. LEIGUE, 2004).

Segundo Andrés Soliz Rada, advogado, que foi deputado e senador pelo Partido *Conciencia de Pátria* (CONDEPA)⁵, a privatização realizada por Sánchez de Lozada foi cercada por corrupção, com a “entrega” das empresas estatais ao capital estrangeiro. Na Bolívia, esta privatização é chamada, eufemisticamente, de *Capitalización*. Para Rada, a *capitalización* boliviana foi uma privatização em câmara lenta, com vantagens para os “capitalizadores” que não tinham de fazer desembolsos imediatos como no sistema de privatização.

Esta *capitalización* trouxe danos. Não foi só a perda dos recursos naturais como o gás e a água (outro bem em *capitalización*), mas também a quase destruição do Estado nacional e de sua soberania, com o acréscimo da perda da auto-estima boliviana, pois dava a entender que os bolivianos não eram capazes de administrar suas empresas e negócios, sendo necessário trazer empresas estrangeiras para fazê-lo (cf. ARGENPRESS. Info, 05/11/2004).

Segundo Antonio Paredo Leigue, além dos privilégios outorgados às empresas transnacionais, elas também atuaram no sentido de reduzir os recursos mobilizados para investimentos necessários. Outras ações condenáveis podem ser apontadas, como a prática de evasão fiscal; agiram para se livrarem da responsabilidade com relação aos custos das perfurações, que era

⁵ André Soliz Rada posteriormente assumiu o Ministério de Hidrocarbonetos, no início do mandato de Evo Morales em 2006, período que não será discutido neste trabalho.

uma exigência do contrato inicial firmado previamente com o Estado boliviano; e se apropriaram do gás boliviano ao módico valor de US\$1.30 na boca do poço, enquanto o barril de petróleo tem o preço flutuando para cima, atingindo a marca de mais de US\$ 50 no mercado internacional (cf. A.P. LEIGUE, 2004)⁶.

Sánchez de Lozada também foi contestado diversas vezes por supostamente ter interesses vinculados a capitais britânicos e chilenos, bem como ao Consórcio Pacific LNG (British Gás-Panamerican Energy-Repsol), constituído para explorar o campo gasífero de Margarita, no sul da Bolívia, visando os mercados do Brasil e da América do Norte (cf. W. MARTINEZ, 2003).

Para uma maior inserção da Bolívia na cadeia produtiva, discutia-se que a Bolívia deveria exportar LNG (gás natural liquefeito). Para tanto, o país necessitaria de um porto de processamento deste hidrocarboneto do estado gasoso para o líquido. Sánchez de Lozada defendia que o mais viável é que este porto se assentasse em território chileno, país que os bolivianos guardam ressentimentos.

Em 17 de outubro de 2003 houve uma rebelião popular na Bolívia que derrubou o presidente Sánchez de Lozada que desde o início de seu segundo governo, em 2002, enfrentou diversos protestos populares que culminaram com uma insurreição contra a entrega da exploração de gás a empresas estrangeiras, em crescente insatisfação do povo boliviano, inconformado com o Estado não negociar com o Chile uma saída para o Pacífico, já que a Bolívia perdeu o seu litoral em uma guerra contra aquele país em 1879. Assim, Sánchez de Lozada era visto como alguém que tinha interesses econômicos no Chile.

Com a deposição de Sánchez de Lozada assumiu o vice-presidente, Carlos Mesa que aprovou em plebiscito o Projeto de Lei de Hidrocarbonetos, que almejava recuperar a propriedade estatal dos hidrocarbonetos, ajustar os tributos, industrializar o gás e re-fundar a YPF (cf. ARBEX JR., 2004; RADA, 2004a e MARTINEZ, 2003).

⁶ Este valor do gás era a base para o cálculo de 18% do valor referência a ser pago ao Estado pela exploração do gás (cf. A.P. LEIGUE, 2004).

No entanto, no governo de Carlos Mesa permaneceu a presença de defensores da política de internacionalização do gás boliviano. Outros porta-vozes das transnacionais continuaram fazendo freqüentes esforços para convencer a sociedade civil de que não havia grande interesse por parte de países estrangeiros, como o Brasil, na compra de gás, e que por isso seria preciso abaixar o valor de venda para fazê-lo mais atrativo, bem como ampliar as possibilidades de exportação para novos mercados, dentre os quais o da Califórnia (EUA), via Chile. As referências ao mercado norteamericano geravam especulações de que a venda de gás para os EUA se daria pelo valor de US\$ 0.70 centavos, enquanto que o preço na *boca do poço* nos EUA é de US\$ 5. Considerando-se tais valores, torna-se compreensível o interesse na extração do gás boliviano, mesmo diante da epopéia de transportá-lo cruzando a cordilheira dos Andes e fazê-lo navegar milhares de quilômetros até aquele importante mercado consumidor (cf. A.S. RADA, 2004).

As empresas transnacionais continuam fazendo o esforço de tentar convencer a opinião pública de que o mercado do gás é distinto do mercado de petróleo, cujo preço é muito mais volátil do que o do gás que, por sua vez, permanece estável. Assim, o gás é comprado por baixo preço; uma parte é industrializada e uma outra parte é comprimida, transportada e vendida em regiões longínquas, de forma que a cada operação, as empresas ganham, agregando valor (A.P. LEIGUE, 2004).

Até o governo de Carlos Mesa ainda se especulava sobre a possibilidade de construção pelo governo boliviano de um outro gasoduto entre o campo de Margarita, no sul do país, e o oceano Pacífico, para encaminhar as exportações para a América do Norte. Tal pretensão recebeu o entusiástico apoio do FMI (Fundo Monetário Internacional), sob a alegação de favorecer o aumento de reservas em divisas (cf. J. ARBEX JÚNIOR, 2003).

O Consórcio Pacific LNG propôs construir um gasoduto em linha reta entre o campo de Margarita (em Tarija) ao porto chileno de Mejillones, em uma distância de 780 quilômetros (enquanto que para o porto de Iquique, também no Chile, seriam 860 quilômetros

e para o porto de Ilo, no Peru, seriam 950 quilômetros). No Chile, o gás natural seria transportado até uma planta de liquefação. De lá o GNL seria transportado para o México e para os EUA por meio de navios. Nos EUA seria convertido novamente em gás em uma planta de gaseificação e empresas norte-americanas distribuiriam o gás para consumidores norte-americanos. Tal projeto foi estimado entre 05 a 07 bilhões de dólares, e em 2003 já havia consumido mais de 01 bilhão de dólares (cf. M. GANDARILLAS, 2003).

Assim sendo, no período estudado, é pertinente dizer que os resultados da gestão energética na Bolívia foi de expropriação de riquezas, com a produção e exportação comandadas por ETNs, com a prática de preço aviltante enquanto os impactos sociais positivos foram pífios.

Recentemente, novos gasodutos estão em construção na Bolívia, no Brasil, na Argentina e em outros países da América do Sul. A Bolívia, assim como o Peru, são vistos em conjunto como um possível distribuidor energético do Cone Sul americano no século XXI juntamente com a Venezuela (cf. ÚZQUEDA, 2004).

Há projetos que envolvem grandes cifras em recursos para investimentos tanto para a implantação de gasodutos, como para plantas de bombeamento de hidrocarbonetos. Permanece na pauta de discussão a necessidade de um porto de processamento do estado gasoso para o líquido para que a Bolívia possa exportar LNG. Uma possibilidade que vem sendo discutida é a saída do GNL boliviano pelo porto de Ilo, no Peru, mas a alternativa chilena é vista como mais barata e conta com poderosos *lobbies* das empresas petroleiras, mas, em ambos os casos, investimentos estrangeiros serão necessários (cf. ÚZQUEDA, 2004).

Ainda que o período após a eleição de Evo Morales (seu mandato iniciou-se em 2006) não seja objeto de discussão neste trabalho - tarefa que ficará para uma outra oportunidade - deve ser assinalado que tanto o então presidente venezuelano Hugo Chávez Frias como a Petrobrás defendem a construção de um gigantesco gasoduto (bem como de um oleoduto) interligando a Venezuela a Buenos Aires, com conexão na Bolívia e no Uruguai. Tal gasoduto

atravessaria praticamente o território sul-americano, sendo um projeto de altíssimo custo, uma obra faraônica, que vai de encontro ao que o presidente Hugo Chávez denomina de *iniciativas bolivarianas* (neste caso apoiado pelo então presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva que se posiciona a favor dos interesses da Petrobrás).

Caso tal empreitada venha se concretizar, ficaria estabelecida uma coordenação sul-americana para o setor energético, com a criação da *Petrosur*, que certamente se transformaria em uma importante peça do jogo da diplomacia energética defendida pelo presidente venezuelano Hugo Chávez Frías, que objetiva enfrentar a pressão das ETNs norte-americanas e angariar simpatias na América Latina com o discurso da unidade e integração, marcando sua liderança regional.

Cabe uma breve consideração sobre a relação do setor gasífero boliviano com o Brasil. Com a inauguração do gasoduto que liga Rio Grande (Bolívia) a Porto Alegre (Brasil), e que passa por São Paulo, as exportações para o Brasil ganharam impulso, mas o gasoduto, um megaprojeto de infra-estrutura do setor privado, operava com capacidade ociosa, daí incessantes tentativas de estreitar a parceria para aumentar as vendas⁷.

⁷ Segundo Joaquim Francisco de Carvalho, ex-diretor da Nuclen, “no Brasil, a matriz energética que corresponde às fontes de energia sempre foi razoavelmente racional quando o Estado a gerenciava. Pouco mais de 1/3 da energia consumida no país é hidroelétrica, pouco mais de 1/3 provém do petróleo e seus derivados e o restante são fontes renováveis (álcool, lenha, carvão etc.). É uma matriz razoável, se pensar que o país tem abundância de recursos hidráulicos. O problema é a pressão dos grandes grupos estrangeiros. Por pressão da norte-americana Enron – que controla[va] a empresa de gás natural da Bolívia -, o Brasil construiu um gasoduto inútil, pois não há sequer demanda para a quantidade de gás que será distribuída. E onde será usado todo esse gás? Em usinas termelétricas, com grande desperdício, a fim de subsidiar ainda mais a energia para as indústrias eletro-intensivas”. Em suma, para este especialista, não há necessidade econômica que justifique a importação brasileira do gás boliviano (entrevista ao Correio da Cidadania, ed. 133).

Este gasoduto opera desde 1999, tem 32 polegadas de diâmetro e mede um total de 3.000 quilômetros, sendo 557 quilômetros na Bolívia. É a infra-estrutura privada mais importante da América do Sul. Ele custou US\$ 2,5 bilhões e foi financiado pelo Banco Mundial, BID, CAF, BNDES, Banco Europeu de Investimento e agências de crédito para exportação.

Até o governo de Carlos Mesa, o proprietário do gasoduto era a Gás Transboliviano (GTB), da qual participam as seguintes empresas transnacionais: Transredes (majoritariamente controlada pela Enron e Shell: 51%), Enron (17%), Shell (17%), Gaspetro (9%), British Gás (2%), BHP (2%) e El Paso Energy (2%) (cf. FOBOMADE, 2003a).

Considerações finais

O caso estudado traz algumas pistas, ainda que incipientes, para a discussão da soberania, autonomia e capacidade regulatória.

Diversos autores apontam um estreitamento da soberania e da capacidade regulatória. A tomar pelo estudo aqui feito sobre a tentativa de inserção “competitiva” da exploração do gás boliviano, essas perdas estariam ocorrendo em um país vulnerável e com população empobrecida.

Mas, a deposição de Sánchez de Lozada em 2003, com forte pressão popular, deixa a lição que não se esmaga os desejos e os sentimentos populares impunemente. Afinal, o modelo de *capitalización* que se queria enfiar garganta abaixo da sociedade civil foi recusado e algumas alterações tiveram que ser negociadas em novas bases. Na questão da regulação vale a lei, a regra, a negociação, mas é um equívoco desconsiderar o sistema de valores de uma comunidade e sua capacidade de reação principalmente em contexto de profunda pobreza.

No entanto, é necessário um pouco mais de tempo para se ter clareza dos resultados das atuais e futuras negociações e dos posicionamentos dos principais agentes, com seus conflitos, alianças e jogos de interesses.

Ainda que não se possa afirmar peremptoriamente que o Estado boliviano em sua fase neoliberal tenha tido a sua soberania corroída, há evidências de que a crescente cessão de controle do processo para as empresas transnacionais, que foram assumindo um papel central na organização da atividade gasífera e do território, permitiu que os interesses privados se impusessem sobre as necessidades sociais. Não houve um diálogo com os diversos grupos da sociedade civil, enfim, discussões coletivas sobre os rumos a serem tomados. Tal situação caracteriza a diminuição da presença estatal como agente interventor e sinaliza sua (re)adequação a um novo papel, de um gestor afeito às práticas de governança, conforme apontado por Boaventura de Sousa Santos. Como já foi assinalado, o estudo precisa ser aprofundado, já que este trabalho tem um caráter preliminar e o processo se desenrola em outras bases com a chegada de Evo Morales no poder. Profundas mudanças podem ocorrer. Ou não. Isto o tempo dirá.

A grande ausência notada neste processo recente pelo qual a Bolívia passou é de um Estado nacional protagonista, propositivo de um *projeto de felicidade coletiva*⁸ que em última instância acompanha toda a discussão de um novo projeto de desenvolvimento nacional.

Tomara que o povo da *hija predilecta del Libertador*, de quem a Bolívia herdou o nome, possa, assim como nos dizeres de Gabriel Garcia Marques “*emprender la creación de [...] una nueva y arrasadora utopia de la vida, donde de veras sea cierto el amor y sea posible la felicidad, y donde las estirpes condenadas a cien años de soledad tengan por fin y para siempre una segunda oportunidad sobre la tierra*”⁹.

⁸ Deve-se creditar esta expressão a Alain Lipietz, 1991.

⁹ Em seu discurso de recebimento do Prêmio Nobel em 1982, em Estocolmo (Suécia).

Referências bibliográficas

ARBEX, Júnior, José. E a Bolívia disse não. **Caros Amigos**. São Paulo: Carta Capital, n. 80, novembro de 2003.

ARGENPRESS.info. La capitalizacion boliviana y la privatizacion Argentina: entrevista com Andrés Soliz Rada. **Argenpress.info**, 2004. Disponível em: www.argenpress.info . Acesso em 19 de novembro de 2004.

_____. / ECONOTÍCIAS. Cada hora 18 bolivianos se hunden em la pobreza. **Argenpress.info**, 2004. Disponível em: <http://www.argenpress.info>. Acesso em 19 de novembro de 2004.

BOYER, Robert. **A Teoria da Regulação**: Uma análise crítica. São Paulo: Nobel, 1990.

CORREIO DA CIDADANIA. Entrevista com Joaquim Francisco de Carvalho, ed. 133, 1999. Disponível em: <http://www.correiodacidadania.org>. Acesso em 06 de setembro de 2004.

FOBOMADE. Las venas del ALCA: Integración (silenciosa) de la infraestructura regional sudamericana (IIRSA), 2003. **Fobomade** (Fórum Boliviano de Meio Ambiente e Desenvolvimento). Disponível em <http://www.fobomade.org.bo> Acesso em 30 de outubro de 2004.

_____. *Las venas del ALCA*: Bolívia, um país de trânsito y de extracción de recursos. 2003a. **Fobomade**. Disponível em: http://www.fobomade.org.bo/ifis/alca/doc/alca_iirsa.pdf Acesso em 18 de abril de 2004.

GANDARILLAS, Marco. Proyecto de exportación de gás natural boliviano a Califórnia y México. **Soberanía**, 2003. Disponível em: <http://www.soberania.info>. Acesso em 21 de outubro de 2004.

JALIFE-RAHME, Alfredo. A geopolítica do gás: Geografía versus Globalización. *NoticiasdelCehu* n. 1844. **Centro Humboldt**.

Disponível em: www.humboldt@uolsinetis.com.ar. Acesso em 15 de novembro de 2004.

KEOHANE, Robert. Soberania estatal e instituições multilaterais: respostas à interdependência simétrica. In: MOISÉS, José Álvaro (org.). **O futuro do Brasil: A América Latina e o fim da Guerra Fria**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

LANDAU, Georges D. **A geopolítica da energia na América do Sul**. Notícias del CeHu n. 1378, 21 de outubro de 2005. Centro Humboldt. Disponível em <http://www.humboldt@velocom.com.ar>.

LEIGUE. Antonio Paredo. La ofensiva das petroleras. **Argenpress.info**, 2004. Disponível em: www.argenpress.info. Acesso em 25 de outubro de 2004.

LIPIETZ, Alain. **Audácia: Uma alternativa para o século 21**. São Paulo: Nobel, 1991.

MAGALHÃES JÚNIOR, Ivan. **Panorama dos mercados de petróleo e de gás natural no Brasil e no mundo**. BNDES Setorial. Rio de Janeiro: BNDES, n. 21, março de 2005

MARTINEZ, Walter. La guerra del gás. **Soberania**, 2003. Disponível em: <http://www.soberania.info>. Acesso em 02 de novembro de 2004.

MORAES, Márcio Senne. Petróleo e gás voltam a ganhar força na diplomacia. In: **Folha de S. Paulo**, 05 de fevereiro de 2006.

PORTILLO, Lubis. El eje de Desarrollo Occidental obedece a los intereses del ALCA. *Soberania.info*, 2004. **Soberania**. Disponível em: <http://www.soberania.info>. Acesso em 12 de setembro de 2004.

RADA, Andrés Soliz. Transnacionales succionan el gás boliviano. *NoticiasdelCeHu* 288/04. **Centro Humboldt**. Disponível em: www.humboldt@eListas.net. Acesso em 06 de março de 2004.

VITTE, Claudete de C.S. A questão energética na América do Sul: um ...

_____. Mesa y las petroleras. *NoticiasdelCeHu* 1807/04. Disponível em: <http://www.humboldt@uolsinetis.com.br>. Acesso em 15 de novembro de 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos de globalização. In: SANTOS, B.S. (org.). **A globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS JÚNIOR, Raimundo Batista. Diversificação das Relações Internacionais e Teoria da Interdependência. In: OLIVEIRA, Odete Maria (org.). **Paradigmas das Relações Internacionais**. Ijuí: Unijui, 2000.

TAYLOR, Peter & FLINT, Colin. **Geografia Política: Economia-Mundo, Estado-Nación y Localidad**. Madrid: Trama, 2002.

THÉRET, Bruno. Política econômica e regulação: uma abordagem topológica e autopoietica. In: THÉRET, B. & BRAGA, José Carlos de Souza (orgs.). **Regulação econômica e globalização**. Campinas: UNICAMP/IE, 1998.

ÚZQUEDA, Boris Gómez. Centro energético de América del Sur: Perú y Bolívia. **Soberanía.info**, 2004. Disponível em: <http://www.soberanía.info>. Acesso em 18 de outubro de 2004.

Texto entregue em junho de 2006.

Recebido em junho de 2006

Aceito para publicação em novembro de 2006